

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS SURDAS: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

Edna Misseno Pires¹ - UFG
edna.missenopires@gmail.com

Modalidade:comunicação oral GT: Didática,Práticas de ensino e Estágio

Resumo: Os movimentos em prol da inclusão buscam modificação na sociedade que se considera igualitária. A sociedade atual sobrecarregada por mudanças nos campos políticos, social, educacional e econômico, se vê diante do desafio relativo á acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Este artigo tem como objetivo analisar as possibilidades de inclusão e acessibilidade das pessoas surdas como exercício da cidadania. Para tanto este trabalho visa responder a seguintes questões: Qual a importância do uso da língua de sinais como canal de acessibilidade e inclusão das pessoas surdas? Como a língua de sinais pode contribuir para o exercício da cidadania destas pessoas? Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico baseado em autores como: Brito (1998); Sassaki (1997), Sá (1999), e análise das legislações e políticas públicas vigentes em nosso país que assegurem o direito de inclusão destas pessoas.

Palavras Chaves: Língua de Sinais, Surdez,Igualdade

Abstract: The movements for inclusion seek changes in society that are considered equal. Current society burdened by changes in the political, social, educational and economic, faces the challenge will be on accessibility for people with special needs. This article aims to analyze the possibilities of inclusion and accessibility for deaf people as citizenship. Therefore this paper is to answer the following questions: How important is the use of sign language as a channel of accessibility and social inclusion of deaf people? As sign language can contribute to the citizenship of these people, is it a qualitative study of nature-based literature authors: BRITO (1998); Sassaki(1997), Sa (1999),and analysis of the laws and public policies in force in our country to ensure the right to include these people.

Key Words: Sign Language, Deafness, Equality

Introdução

Atualmente o discurso da inclusão prevê mudanças em toda sociedade. A diversidade humana é o eixo norteador dos avanços observado ao longo da historia e propõe os desafios para atender as particularidades da cada um.

¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás(2008), Especialização em "Docência Universitária" (PUC Go), Especialização Tradução e interpretação em LIBRAS (UNIP- SP), Especialização em "Educação Especial" pela (Faculdade Michelângelo-DF) e Especialização em " formação de professores para educação de pessoas surdas" (Faculdade Araguaia-Go), graduada em fonoaudiologia pela Universidade Católica de Goiás(2000)Graduada em Pedagogia(Faculdade Alfredo Nasser).Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás(UFG), professora da PUC - GO,. Aprovada no PROLIBRAS realizado pelo MEC/Brasil como professora de nível superior de LIBRAS e intérprete de LIBRAS de nível superior, tem experiência na área de educação, com ênfase em educação especial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação inclusiva, língua de sinais e formação de professores.

A visão de homem como cidadão permite que todos os seres humanos independente de suas características, possam exercer a sua cidadania de forma mais plena. O exercício de cidadania permite influenciar em decisões que envolvem uma nação, Porém, exige-se organização, participação em conjunto com a consciência para que modifique algo em uma sociedade.

As pessoas com necessidades especiais são consideradas parte desta sociedade e os movimentos em prol da inclusão buscam modificação nesta sociedade que se considera igualitária. Embora exista um discurso que dá garantia de acesso a sociedade a todas as pessoas com necessidades especiais, na prática esse processo encontra-se em lento desenvolvimento no Brasil.

Atualmente a sociedade globalizada exige mudanças para atender todos sexção que fazem parte desta comunidade. O homem sempre no decorrer da historia sentiu a necessidade de comunicação, pois e dela que imerge as ideias e o progresso da humanidade.

As mudanças são exigidas por leis e políticas públicas que garantem o acesso e de pessoas com necessidades especiais em todos os âmbitos da sociedade. Para atender as peculiaridades destas pessoas surge o desafio de profissionais habilitados.

Este trabalho visa responder a seguintes questões: Qual a importância do uso da língua de sinais como canal de acessibilidade e inclusão das pessoas surdas? Como a língua de sinais pode contribuir para o exercício da cidadania destas pessoas?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico baseado em autores como: Sasaki (1997), Quadros(2004) Brito (1998) Sá (1999), e análise das legislações e políticas públicas vigentes em nossos pais que assegurem o direito de inclusão destas pessoas.

Este trabalho aborda sobre a inclusão e acessibilidade das pessoas surdas na sociedade de informação. Para tanto, foi necessário definir inclusão, cidadania e acessibilidade, para saber como ocorre a acessibilidade das pessoas surdas foi necessário descrever o conceito e o histórico da língua de sinais e analisar a sua importância como canal de acessibilidade e exercício da cidadania.

A sociedade atual sobrecarregada por mudanças nos campos políticos, social, educacional e econômico, se vê diante do desafio relativo á acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Assegurar a observância dos princípios de direito humanos conforme especificado na “Declaração dos Direitos humanos“ de 1948 representa uma questão de cidadania

Inclusão e acessibilidade: uma questão de cidadania

O discurso da inclusão que permeia a sociedade contemporânea vem lentamente sendo ampliado. De acordo com Sasaki (1997 p.3) a “Inclusão” constitui como um “processo bilateral” em que a sociedade tem de modificar para poder incluir em seus meios as pessoas com necessidades especiais e ao mesmo tempo estas pessoas tem que se preparar para serem incluídas.

A história das pessoas com deficiência perpassa pela exclusão característica da antiguidade em que tiravam até mesmo o direito á vida. Na Antiga Roma e Esparta as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram exterminadas, as pessoas com deficiência não eram consideradas com seres humanos, os surdos, por exemplo, por não ouvir consideravam que não podiam pensar e muitas vezes a deficiência era vista como castigo.

A deficiência foi durante muito tempo(...)atribuída como vingança dos deuses, vista como impureza, pecado, possessão, sinal de desarmonia ou obra dos maus espíritos, abominação do corpo. Através dos exemplos históricos, é possível constatar que novamente o homem fica á mercê e ás vezes é escravo de forças ou poderes sobrenaturais, fenômeno semelhante ao que se averiguou na esfera da mitologia e da religiosidade(FERRERA; GUIMARÃES,2003, p.68)

Observa neste período a predominância da superstição para justificar o preconceito e a não aceitação do outro como ser humano. Ainda na antiguidade em Esparta a deficiência era mal vista porque cultuavam o corpo e os homens deviam preparar o corpo com perfil de guerreiros, de modo que uma pessoa com deficiência não podiam servir em guerras, portanto não faziam parte da sociedade.

A fase da segregação se configura na Idade média, quando estas pessoas eram mantidas em asilos ou instituições segregadas sem cunho educacional. Conforme Sasaki (1997, p. 1) Algumas culturas adotavam a prática de internar as pessoas com deficiência junto com doentes e idosos e essas instituições serviam apenas como abrigo.as pessoas surdas por não ouvir eram consideradas incapazes.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação continuou sendo praticada a idéia era prover, dentro de toas as instituições, todos os serviços possíveis. Já que a sociedade não aceitava receber as pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade. (SASSAKI, 1997, p.31)

Na sociedade atual há uma mescla de integração, ou seja, as pessoas com deficiência buscam estratégias para serem inseridas na sociedade, mas os princípios da

inclusão exigem modificações de forma coletiva. Sasaki (1997) explica que a integração tem inserido as pessoas com deficiência na sociedade desde que ele esteja preparado ou capacitado para vencer barreiras. A inclusão ainda é definida pelo autor como um “processo bilateral” onde a sociedade e as pessoas a serem incluídas buscam juntas estratégias e mudanças para efetivar plenamente a inclusão.

Observa-se que no percorrer da história estas pessoas sempre foram vistos como coitados, desacreditados e incapazes de se socializar. Embora o discurso da inclusão apresenta-se como um projeto já consolidado a realidade apontam ainda para grandes mudanças.

As mudanças são previstas e asseguradas por leis e políticas públicas das quais se destaca a lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000:

- I. Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II. Barreiras: qualquer entrave ou obstáculos que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação das pessoas classificadas em:
 - A) Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existências nas vias públicas e nos espaços de uso público;
 - (...)
 - d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculos que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

As pessoas com necessidades especiais necessitam de suportes em diversos aspectos: físico, arquitetônico, instrumental e de comunicação. Acessibilidade prevê uma série de adequações entre elas a de atitudes e de conceitos. De acordo com Aranha (2001, p.38) O “Estado” é responsável pelo bem estar do cidadão. No Brasil, atendendo ao sistema neoliberalista visando os interesses do mercado as tentativas de promover as adequações expõem ainda mais as desigualdades gerando o paradigma da inclusão e exclusão. Portanto, é um grande desafio cumprir as exigências resguardando a cidadania.

Para incluir a pessoa surda é necessário observar o aspecto da comunicação. Desde a antiguidade as pessoas surdas buscam meios de se fazer entender em uma sociedade predominantemente de língua oral, para conseguir fazer parte desta sociedade e resgatar a sua cidadania a comunidade surda criou a língua de sinais que surgiu espontaneamente pelo contato e as relações humanas.

A história do surgimento da língua de sinais

No séc. XVI, Girolomo Gardano (1501 – 1578) ao trabalhar com surdos conseguiu acabar com o conceito de que os surdos não conseguem aprender. No ano de 1520, na Espanha, o Padre Pedro Ponce de León inicia um trabalho educacional com pessoas surdas, somente para surdos de famílias nobres.

No ano de 1620 o Francês Juan Pablo Bonet, publicou o primeiro livro sobre educação dos surdos “*A redação das letras e a arte de ensinar os mudos a falar*”. A educação dos surdos teve três abordagens (oralismo, comunicação total e bilingüismo), Samuel Heineck (1712 – 1789), na Alemanha, foi o primeiro defensor do oralismo e o médico Jean-Marie Garpard Stard (1802) foi o primeiro a fazer o treino auditivo com os surdos. Esta filosofia é voltada para visão clínica, defende a idéia de que os surdos são capazes de falar, e, o meio humano para a comunicação e o pensamento é a língua oral e que os surdos só poderão se desenvolver intelectualmente, linguisticamente e moralmente através da língua oral.

Insistentemente alguns estudiosos passaram a desenvolver a língua de sinais, ou conforme era chamada na época “gestualismo”, como método de trabalho com os surdos. A utilização de sinais poderia promover comunicação e qualidade de vida.

A primeira escola pública para surdos, fundada em 1755 pelo francês Charles Michel de L’Epée. Thomas Gallaudet dos Estados Unidos viajou até a França a fim de conhecer esse novo método de trabalho com surdos. Ao retornar para os Estados Unidos, Gallaudet levou consigo um surdo Laurent Clerc que desenvolveu a ASL (American Sign Linguagem) ou Língua Americana de Sinais e fundaram em 1817 a primeira escola americana para atenderem surdos. Posteriormente, seu filho Eduard Gallaudet fundou, em 1864, a primeira Universidade pública para surdos.

Cada país desenvolveu uma língua de sinais própria. No Brasil, a educação de surdos começou em 1857, com a vinda de um professor surdo francês chamado Ernest Huet a convite de Dom Pedro II e, neste mesmo ano, foi fundado o INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos) localizado no Rio de Janeiro. Neste período o INES era a única referência para educação de surdos. As crianças com influência política e condições econômicas suficientes, de vários estados, mudavam para o INES a fim de desenvolverem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conforme Sá(1999) devido ao fato de o INES receber crianças de várias regiões do Brasil, contribuiu para que a língua de sinais se espalhasse por todo o país.

A história da educação dos surdos teve o marco em 1880 houve um congresso internacional em Milão, na Itália, para discutir qual método seria mais adequado para a educação dos surdos. Nesse congresso decidiram que o método mais adequado seria o oralismo. A partir dessa data ficou explicitamente sugerida a proibição do uso da língua de sinais nas escolas de todo o mundo. A evasão e fracasso escolar, ficou evidente por um período de 70 anos. Visto que a maioria dos surdos não conseguia adequar a sociedade oralista sem utilizar outros meio de comunicação.

De modo que foi necessário repensar a educação dos surdos e na década de 60, surgiu a *Comunicação Total* contrapondo a filosofia oralista. A comunicação total aceita a língua de sinais como língua conforme os estudos em 1960 do linguista Americano Willian Stokoe. Seus estudos comprovaram que a língua de sinais possui características semelhantes a qualquer outra língua com os níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico de uma língua.

O Uso da *comunicação total* na abordagem bimodal visa fazer o uso simultâneo das duas línguas (oral-gestual). No Brasil, essa técnica é denominada de “Português Sinalizado”. A comunicação total também utilizava todo e qualquer tipo de recursos para se comunicar (mímica, teatro, leitura labial, teatro, escrita...).

A professora Ivete Vasconcelos depois de assistir um congresso em foi apresentada à comunicação total trouxe para o Brasil esta filosofia de trabalho. Ciccone (1995) propõe que se utilize como estratégia de trabalho o atendimento do surdo por um profissional especializado, com formação bilíngüe e um currículo voltado para ênfase nas duas línguas (oral e gestual).

O modelo bimodal tem sido umas das críticas à comunicação total, pois os estudiosos argumentam que isso cria um sistema artificial da língua, agindo assim, tanto o surdo quanto o professor ficam confusos. Concernente aos pontos negativos da comunicação total, Sá comenta:

Os pontos negativos da Comunicação Total surgem, quando esta é considerada abordagem educacional ou sistema artificial de linguagem (Português Sinalizado, no nosso caso), ignorando, assim, seu caráter filosófico. Criticam ainda a comunicação total por esta continuar priorizando a língua da maioria (...) (SÁ, 1999, p.117)

Os profissionais que trabalhavam com a *Comunicação Total* sentiam muita dificuldade em lidar com a situação de utilizar duas línguas (oral e sinais) simultaneamente.

As dificuldades para utilizar este modelo são apontadas por Góes que afirma:

Privilegiam a língua majoritária, mas não propiciam seu uso e conhecimento, num nível satisfatório, viabilizam ganhos em termos da amplitude de itens lexicais na língua majoritária, mas criam ambigüidades quanto às regras de construção destas; abrem espaços para os sinais, mas instrumentalizam para servirem á incorporação (não propriamente efetivada) das modalidades falada e escrita; ao subordinarem e descaracterizarem a língua de sinais concede e nega à pessoa surda o reconhecimento de sua condição bilíngüe. (GÖES, 1996, p.56-57)

O movimento pela comunicação total conseguiu romper com a barreira da comunicação e promover uma melhor compreensão do relacionamento entre surdos e ouvintes, principalmente no contexto familiar, ao privilegiarem a comunicação, as relações, a oralidade e os gestos. Esta filosofia representou um avanço na educação dos surdos.

Na década de 80 no Brasil surge uma terceira abordagem na educação dos surdos é o “*Bilingüismo*”, compreendendo que o surdo vive em contexto bicultural, ou seja, a dos ouvintes e o contexto do grupo de surdos., propondo que deve dominar as duas línguas: oral e gestual. Segundo Sá, “a década de 80 foi muito importante para a educação dos surdos no Brasil. A abordagem educacional bilíngüe tem sido, desde então, um tema de grande interesse” (SÁ, 1999, p.139). O bilingüismo é uma proposta de ensino onde a Língua de Sinais como primeira língua (L1) e a língua da comunidade ouvinte local como segunda língua (L2). Quadros (1997) destaca que a L2 deve ser trabalhada na modalidade escrita.

O grande desafio hoje, é respeitar as duas línguas sem priorizar uma ou outra. A abordagem *bilíngüe* tem sido alvo de estudos, interesses e também de polêmicas. Por meio da língua de sinais as pessoas surdas identificam os seus pares preservando a sua cultura, construindo a sua história e suas identidades.

Além de compartilhar informações dentro da comunidade surda, a língua de sinais permite interagir com o mundo por meio da informação. Uma pessoa surda que não possui a língua de sinais é privada da relação social, dificultando a recepção e emissão de informações tão necessárias na atualidade.

A língua de sinais como canal de acessibilidade para o exercício da cidadania da pessoa surda

A língua de sinais para a comunidade surda constitui-se como forma de trocar informações, interagir com o mundo. As língua de sinais embora utilizadas no mundo todo não é universal, cada país desenvolveu as sua língua de sinais própria com gramática e

estrutura composta por significados e significantes que são articulados especialmente com estrutura fonológicas (quirológico), morfológica; sintático e semântico, que expressam o significado que muitas vezes são expressos iconicamente. Cada língua de sinais tem a sua forma de representar os objetos, seres e fatos.

As línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre as pessoas (...). Enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. (BRITO apud BRASIL, 1997, p.19).

Expressar no mundo atual tornou-se uma necessidade humana e utilizar a língua no contexto social permite o sujeito fazer parte do ambiente. Portanto, para que as pessoas surdas possam ter o acesso aos meios de comunicação é necessário utilizar a língua como forma de expressão, No Brasil a LIBRAS (Língua Brasileira de sinais foi reconhecida pela lei 10.436 de 24 de Abril de 2002:

ART 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associada. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão em que o sistema visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei. nº 10.436 de 22 de abril de 2002)

A língua oral possui como componente o léxico, ou seja, o conjunto de palavras de uma língua é formado a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos e pragmático. Tais mecanismos são encontrados nas Línguas de sinais, são denominados de sinais. Assim como nas línguas orais, as palavras são formadas por unidades mínimas, constituídas de fonemas, que por sua vez são articuladas pelos órgãos fonoarticulatórios (língua, dentes, lábios, laringe, faringe, palato) através do ponto de articulação, movimento, sonoridade e expressão social ou corporal.

A LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintático, e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais.(BRITO,1998,p.23)

De acordo com Quadros (2004) a LIBRAS possui unidades mínimas que denomina-se “parâmetros” (configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial ou corporal). Para formar um sinal utilizamos estes parâmetros. A configuração refere-se ao formato de mão para realizar um sinal, o ponto de articulação é onde a mão configurada toca (rosto, braços, troncos), o movimento refere-se a como as mãos se deslocam (retilíneos, circulares, contínuos), a orientação ou a direção da mão juntamente com a expressão facial ou corporal constitui o sinal.

A LIBRAS possui como característica a sua estrutura lingüística própria constituída de verbos, pronomes, advérbios, plural, singular intensificador, quantificadores e estruturação de frases.

Por meio da língua de sinais as pessoas surdas identificam os seus pares preservando a sua cultura, construindo a sua história e suas identidades. De acordo com Strobel (2008, p.45) “Os sujeitos surdos que têm acesso à língua de sinais e participam da comunidade surda têm maior segurança, auto estima e identidade”.

Além de compartilhar informações dentro da comunidade surda, a língua de sinais permite interagir com o mundo por meio da informação. Uma pessoa surda que não possui a língua de sinais é privada da relação social, dificultando a recepção e emissão de informações tão necessárias na atualidade.

A comunidade surda é composta por diversidade como qualquer grupo social cujas diferenças não estão exclusivamente centradas no grau e no tipo de surdez, dependem também do aspecto sócio-cultural de cada indivíduo, desde a família até o ambiente escolar em que a criança está inserida.

Desta forma, o contexto em que a pessoa está inserida proporciona condições de estabelecer relação com o saber, desenvolver ações e apreender fatos e acontecimentos que auxiliam no processo de aprendizagem.

De acordo com este pensamento, Machado apud Porto define a aprendizagem do seguinte modo:

O ato de conhecer, apreender um determinado fato ou acontecimento é chamado pela psicologia como o ato de aprender (compreender julgar-interpretar, inferir etc) isto é, “pensar”. Neste sentido, o pensamento é definido como conduta resultante do ato de aprender as relações contidas nas propriedades que caracterizam o objeto. Pensar é dispor de normas e regras (propriedades) que facultam o entendimento ou compreensão de algo, dispondo-o em categorias ou classes de acordo com a sua classificação (MACHADO apud PORTO, 2005, p.12).

Como sujeitos das relações o homem compartilha informações, experiências vividas e as diversas formas de explorar o mundo. Conforme Charlot (2000), se o homem não souber fazer uso prático desse saber (representado pela contextualização com o mundo) este se torna estático.

O meio desempenha um papel importante nas relações pois os sujeitos estabelecem relação com os locais, com o mundo e o espaço (família, escola, trabalho e outros) e a aprendizagem ocorre por meio dessas relações e dos contextos onde elas ocorrem.

As pessoas surdas vivem em um contexto de biculturalismo, por conviver com os seus pares e com pessoas ouvintes que se constitui como comunidade majoritária, as informações e as relações sociais se estabelecem em nossa sociedade pela língua oral. Desta forma as consequências da surdez não se resumem única e exclusivamente na limitação sensorial, mas é também como questão social. Portanto, faz-se necessário a busca pela inclusão destas pessoas a fim de resgatar a cidadania que por muito tempo no decorrer da história foi negada.

O rompimento da ideologia da exclusão lança um grande desafio que é de garantir o acesso na sociedade. Porém, a inclusão requer ações que, demanda tempo, pois é um processo que exige preparação. Na sociedade inclusiva a preparação exige abranger todos os campos profissionais, visto que a inclusão das pessoas surdas está pautada na abordagem bilíngüe, ou seja, o domínio das duas línguas: oral e gestual.

Atender os surdos dentro desta abordagem exige profissionais bilíngües, ou seja, aqueles que conhecem a língua e a cultura desta comunidade. O grande desafio hoje é respeitar as duas línguas sem priorizar uma ou outra.

A abordagem *bilíngüe* tem sido alvo de estudos, interesses e também de polêmicas. Baseado no pressuposto de que a língua de sinais é uma língua natural, nativa e materna, aceitando também, a condição de biculturalismo desses sujeitos.

Hoje há um número cada vez maior de pessoas surdas que têm acesso aos diferentes ambientes da sociedade. Ao analisar a trajetória histórica dos surdos percebe-se que as diferentes formas de tratamentos destinados a este grupo, e, é necessário conhecer melhor os processos que sustentam as desigualdades. Compreender este processo ajuda a compreender o quadro traçado de exclusão social e, a partir dessa história, entender as dificuldades que os surdos possuem para alcançar o sucesso.

O poder político e econômico não pode ser dissociado da diversidade cultural, essas diferenças por sua vez, exigem práticas que muitas vezes não podem ser atendidas, por uma série de motivos burocráticos que dependem de “poder” para serem solucionadas.

A sociedade se faz impar pelas diferenças nos hábitos, costumes e nas próprias identidades. Porém, a própria diferença contribui para a formação de grupos, fragmentando a sociedade e conseqüentemente permitindo um olhar diferenciado e muitas vezes preconceituoso para com estes grupos. Hoje, ao analisar o movimento pela inclusão entende-se que ele surgiu de transformações sociais ocorridas ao longo da história, porém, a proposta inclusiva vai de encontro com os padrões estabelecidos pela sociedade e é por isso que existe a dialética “exclusão/inclusão”.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Quando observamos as pessoas com necessidades especiais em ambiente escolar é notória em alguns alunos a situação de fracasso escolar, ou seja, a não assimilação de conhecimentos transmitidos. (SAWAIA, 1999, p.8)

As pessoas surdas possuem condições, são capazes de estabelecer de compreender o mundo. Porém, exige adaptações necessárias às suas necessidades.

Ao passo que a sociedade se torna mais complexa as diferenças e da individualidade cada vez mais acentuadas, cada pessoa tem uma composição social específica que compartilha com os demais membros da sociedade, a sua realidade social, seu contexto, que subjetivamente lhe permite constituir-se como parte de uma sociedade.

Quando um conjunto de pessoas compartilha direitos civis e políticos de uma determinada cidade ou país denomina-se cidadania. O exercício de cidadania permite influenciar em decisões que envolvem uma nação, Porém, exige-se organização, participação em conjunto com a consciência para que modifique algo em uma sociedade.

A cidadania é usufruída pelos direitos o que inclui o direito de ir e vir, direito á vida, saúde educação e liberdade de expressão entre outros.

O verdadeiro cidadão é muito mais do que um mero habitante local, ele trabalha para ter uma comunidade mais justa e equilibrada. Assim, a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo (Dallari,1998, p.14)

A democracia faz parte do exercício da cidadania, porém, deve ser acompanhado também de valores éticos e morais. Portanto, considera-se o ato do indivíduo como ser social e histórico. As pessoas surdas quando privadas de informação deixam de participar

ativamente das tomadas de decisões da sociedade a qual pertence. Por usar uma língua diferente da maioria não significa que estas pessoas não fazem parte de um todo.

No Brasil segundo os dados do IBGE de 2000 calcula-se que existem 5.809.750 pessoas com algum tipo de surdez, estas pessoas são brasileiras que usufruem dos direitos e deveres desta sociedade. Porém para participar ativamente em todos os campos da sociedade é necessário oferecer aos surdos às mesmas informações que estão disponíveis para as pessoas ouvintes. No Brasil há duas línguas oficiais Português e LIBRAS (oficializada pela lei 10.436 de 24/04/2002), desta forma, como qualquer cidadão que paga impostos e geram votos, estas pessoas tem o direito exercido por lei de conhecer todas as diretrizes da sociedade.

Exercer a cidadania para os surdos é questão de dignidade humana, Neste caso a acessibilidade deve ser primariamente considerada como democracia. Acessibilidade para as pessoas surdas se faz pela Língua de sinais, que deve estar presente em todos os âmbitos da sociedade: educação, saúde, política e religião. O profissional intérprete da língua de sinais é essencial para assegurar este direito.

O reconhecimento deste profissional no Brasil veio pela lei 12.319 de 01 de setembro de 2010 no Art. 2º reza que “o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.”Este reconhecimento é fruto de uma sociedade consciente dos direitos de seus cidadãos e significa avanço quanto a inclusão que prevê ações de modificação na sociedade para permitir qualidade de vida. Desta forma as pessoas surdas conseguem fazer parte da sociedade não só participando das tomadas de decisões, mas também ampliando os seus conhecimentos por meio das informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade inclusiva a cidadania se faz pela participação ativa e democrática, as mudanças são visíveis, pois as pessoas que antes não tinham acesso á sociedade conquistaram e ainda estão conquistando espaço na sociedade, as mudanças permite reflexões que visam o respeito pela diversidade humana.

É possível pensar sob uma nova perspectiva e a mentalidade vigente requer rompimento de paradigmas que conduz à transformação cruciais, pois a história humana esta sobrecarregada de atitudes desumanas. O revés da historia de faz pelas mudanças garantidas

não só por mudanças conceituais, mas também por leis e políticas públicas, porém, não se pode justificar os desafios existentes na sociedade em que se prevalece o discurso da inclusão em que As pessoas com necessidades especiais necessitam de suportes em diversos aspectos: físico, arquitetônico, instrumental e de comunicação ou seja, mudanças em todos os âmbitos da sociedade e respeito às diferenças, as especificidades e a condição de cidadão de cada um.

Para a inclusão das pessoas surdas é necessário observar o aspecto de comunicação, desde a antiguidade as pessoas para conseguir fazer parte da sociedade e resgatar a sua cidadania. As pessoas surdas buscam meios para entender a sociedade predominantemente ouvinte para facilitar a inclusão, a comunidade surda criou a língua de sinais que surgiu espontaneamente pelo contato e as relações humanas.

A língua de sinais reconhecida como língua em nosso país, possibilita a comunidade surda ter uma condição bicultural. Há necessidade de implantar mais efetivamente o Bilinguismo que prevê o conhecimento de duas línguas a de sinais e da língua oral que para pessoas surdas nesta proposta se configura pelo o conhecimento na modalidade escrita.

No Brasil ainda carece de ações concernentes à formação específica quanto a faixa etária, sexo, níveis de escolarização das pessoas surdas. O governo ainda precisa rever a questão da formação dos profissionais que atuam principalmente no campo educacional.

Abstract: The movements for inclusion seek changes in society that are considered equal. Current society burdened by changes in the political, social, educational and economic, faces the challenge will be on accessibility for people with special needs. This article aims to analyze the possibilities of inclusion and accessibility for deaf people as citizenship. Therefore this paper is to answer the following questions: How important is the use of sign language as a channel of accessibility and social inclusion of deaf people? As sign language can contribute to the citizenship of these people, is it a qualitative study of nature-based literature authors: BRITO (1998); Sasaki(1997), Sa (1999),and analysis of the laws and public policies in force in our country to ensure the right to include these people.

Key Words: Sign Language, Deafness, Equality

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Paradigmas da sociedade com as pessoas com deficiência*. In Revista Ministério Público do trabalho Ano XI, nº 21, Março, 2001.

BRASIL/MEC. *Deficiência Auditiva*, org. Guisepppe Renaldi/ Lucinda Ferreira Brito- Brasília: SEESP, 1998.

BRASIL. *Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Acessibilidades* – Brasília: Secretaria Especial dos direitos humanos, 2005.

_____ *LEI no 10.098*, publicado no D.O.U. em de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____ *LEI no 10.436*, publicado no D.O.U. em 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

_____ *Lei n° 12319*, publicada no D.O.U em 01 de setembro de 2010 – dispõe sobre a regulamentação do profissional tradutor/intérprete de LIBRAS

_____ *Decreto n° 5.626*, publicado no D.O. U. em 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: Elementos para uma teoria*. Trad. Bruno Magno. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo. Moderna. 1998

Moderna, 1998.

GÓES, Maria. Cecília. Rafael. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>.

PORTO, Olívia. *Base psicopedagogia: Diagnóstico e interpretação nos problemas de aprendizagem*. Rio de Janeiro: Waked, 2005.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação dos surdos*. São Paulo: Paulinas: 1999

SASSAKI, Romeu Kazumi: *Inclusão: Constituindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis; Vozes, 1999.

SOBRAL, Adail. *Dizer o "mesmo" a outros: ensaios sobre tradução*. São Paulo: SBS, 2009

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Ed. UFSC – Florianópolis, 2008.

